



Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Gabinete da Presidência

PORTARIA GPR 960 DE 30 DE MAIO DE 2016

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 1º quadrimestre do exercício financeiro de 2016.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º – Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao primeiro quadrimestre de 2016, constante do anexo a esta portaria.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador MARIO MACHADO
Presidente do TJDFT

ESTE TEXTO NÃO SUBSTITUI O PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 31/05/2016, SEÇÃO 1, FL. 99

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
 JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | |
|---|---|---|
| | LIQUIDADAS | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS |
| | (a) | (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 1.850.651.210,04 | 28.912.398,46 |
| Pessoal Ativo | 1.499.326.025,60 | 22.392.207,03 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 351.325.184,44 | 6.520.191,43 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 306.760.283,57 | 1.564.149,91 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | 49.432,58 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | 439.475,12 | 1.554.149,91 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 306.271.375,87 | 10.000,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 1.543.890.926,47 | 27.348.248,55 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | |
| | VALOR | % SOBRE A RCL |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 700.438.648.000,00 | |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b) | 1.571.239.175,02 | 0,224322% |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 1.926.206.282,00 | 0,275000% |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 1.829.895.967,90 | 0,261250% |
| LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 1.733.585.653,80 | 0,247500% |

FONTE: SIAFI, Manual de Demonstrativos Fiscais, 6ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 553/2014 e Portaria STN Nº 301/2016, que divulga a Receita Corrente Líquida. Elaboração SERDAD/SUCON/SEOF.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) As despesas não computadas relativas a inativos e pensionistas com recursos vinculados, correspondem à execução nas fontes 156 e 169.

3) Considerando que as despesas não computadas, relativas à decisão judicial e exercícios anteriores devem ser de competência anterior ao período de apuração do RGF, para garantir a exatidão dos dados, foi considerada apenas a despesa executada nesses títulos no período de maio a dezembro/2015.

Celso de Oliveira e Sousa Neto
 Secretário Geral do TJDFT

Cid Moreira
 Secretário de Recursos Orçamentários e Financeiros

João Batista da Silva
 Secretário de Controle Interno



Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Gabinete da Presidência

PORTARIA GPR 1765 DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 2º quadrimestre do exercício financeiro de 2016.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao segundo quadrimestre de 2016, constante do anexo a esta portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador **HUMBERTO ADJUTO ULHÔA**
Presidente do TJDFT em exercício

**ESTE TEXTO NÃO SUBSTITUI O PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE
30/09/2016, SEÇÃO 1, FLs. 197/198**

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
 JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2015 A AGOSTO/2016

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | |
|---|---|---|
| | LIQUIDADAS | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS |
| | (a) | (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 1.877.431.730,81 | 28.912.398,46 |
| Pessoal Ativo | 1.517.780.481,16 | 22.392.207,03 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 359.651.249,65 | 6.520.191,43 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 314.597.443,43 | 1.564.149,91 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | 2,35 | 1.554.149,91 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 314.597.441,08 | 10.000,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 1.562.834.287,38 | 27.348.248,55 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | |
| | VALOR | % SOBRE A RCL |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 695.041.042.000,00 | |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b) | 1.590.182.535,93 | 0,228790% |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 1.911.362.865,50 | 0,275000% |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 1.815.794.722,23 | 0,261250% |
| LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 1.720.226.578,95 | 0,247500% |

FONTE: SIAFI, Manual de Demonstrativos Fiscais, 6ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 553/2014 e Portaria STN Nº 559/2016, que divulga a Receita Corrente Líquida. Elaboração SERDAD/SUCON/SEOF.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) As despesas não computadas relativas a inativos e pensionistas com recursos vinculados, correspondem à execução nas fontes 156 e 169.

3) Considerando que as despesas não computadas, relativas à decisão judicial e exercícios anteriores devem ser de competência anterior ao período de apuração do RGF, para garantir a exatidão dos dados, foi considerada apenas a despesa executada nesses títulos no período de maio a dezembro/2015.

Humberto Adjuto Ulhôa
 Presidente do TJDF em exercício

Cid Moreira
 Secretário de Recursos Orçamentários e Financeiros

João Batista da Silva
 Secretário de Controle Interno



Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Gabinete da Presidência

PORTARIA GPR 79 DE 20 DE JANEIRO DE 2017

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 3º quadrimestre do exercício financeiro de 2016.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao terceiro quadrimestre de 2016, constante do anexo a esta portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador MARIO MACHADO
Presidente do TJDFT

ESTE TEXTO NÃO SUBSTITUI O PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 27/01/2017, SEÇÃO 1, FLS. 183/184

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
 JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | |
|---|---|---|
| | LIQUIDADAS | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS |
| | (a) | (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 1.990.721.227,40 | 1.663.393,58 |
| Pessoal Ativo | 1.606.606.370,18 | 1.653.958,82 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 384.114.857,22 | 9.434,76 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 355.544.863,62 | 74.053,40 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | 192.110,58 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | 10.335.153,06 | 74.053,40 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 345.017.599,98 | 0,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 1.635.176.363,78 | 1.589.340,18 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 722.474.299.000,00 | |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b) | 1.636.765.703,96 | 0,226550% |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 1.986.804.322,25 | 0,275000% |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 1.887.464.106,14 | 0,261250% |
| LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 1.788.123.890,03 | 0,247500% |

FONTE: SIAFI, Manual de Demonstrativos Fiscais, 7ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 403/2016 e Portaria STN Nº 37/2017, que divulga a Receita Corrente Líquida. Elaboração SERDAD/SUCON/SEOF.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

2) As despesas não computadas relativas a inativos e pensionistas com recursos vinculados, correspondem à execução nas fontes 156 e 169.

3) As despesas não computadas relativas a decisão judicial referem-se a exercícios anteriores (331909291).

4) As despesas não computadas relativas a exercícios anteriores, referem-se à execução na rubrica 319092, excluindo o subitem 91, ref. decisão judicial.

Desembargador MARIO MACHDO

Presidente do TJDF

CELSO DE OLIVEIRA E SOUSA NETO

Secretário Geral do TJDF

CID MOREIRA

Secretário de Recursos Orçamentários e Financeiros

JOÃO BATISTA DA SILVA

Secretário de Controle Interno

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
 JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)1 | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|---|--------------------------------|---------------------------------------|---------------------|---|-------------------------------|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | |
| | (a) | (b) | (c) | (d) | (e) | (g) = (a - (b + c + d + e)) | | |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | 226.121.713,31 | 992.199,63 | 3.209.790,93 | 34.717.095,09 | 2.088.377,86 | 185.114.249,80 | 46.346.750,72 | |
| RECURSOS ORDINARIOS (00) | 96.483.448,65 | 558.051,72 | 1.434.616,95 | 25.153.115,88 | 1.150,00 | 69.336.514,10 | 33.993.341,76 | |
| CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO (27) | 6.674.123,10 | | | | | 6.674.123,10 | 1.148.472,25 | |
| RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS (50) | 5.581.530,14 | | 8.304,00 | | | 5.573.226,14 | 492.745,21 | |
| REC.PROP.DECOR.ALIEN.BENS E DIR.DO PATR.PUB.(63) | 467.450,70 | | 156,70 | | | 467.294,00 | 76.647,65 | |
| CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV. (69) | 14.013,14 | | | 10.000,00 | | 4.013,14 | | |
| RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS (80) | 47.202.196,52 | | 1.136.000,00 | | | 46.066.196,52 | 7.681.517,23 | |
| RECURSOS DE CONVENIOS (81) | 62.401.962,84 | 434.147,91 | 630.713,28 | 9.553.979,21 | | 51.783.122,44 | 2.902.544,26 | |
| REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOUREO NACIONAL (88) | 5.209.760,36 | | | | | 5.209.760,36 | 51.482,36 | |
| RECURSOS DIVERSOS (90) | 2.087.227,86 | | | | 2.087.227,86 | - | | |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Recursos Ordinários | | | | | | | | |
| TOTAL (III) = (I + II) | 226.121.713,31 | 992.199,63 | 3.209.790,93 | 34.717.095,09 | 2.088.377,86 | 185.114.249,80 | 46.346.750,72 | |

FONTE: Sistema SIAFI, Manual de Demonstrativos Fiscais, 7ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 403/2016. Elaboração SERDAD/SUCON/SEOF

Nota:

Nota: 1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

Desembargador MARIO MACHADO
 Presidente do TJDFT

CELSO DE OLIVEIRA E SOUSA NETO
 Secretário Geral do TJDFT

CID MOREIRA
 Secretário de Recursos Orçamentários e Financeiros

JOÃO BATISTA DA SILVA
 Secretário de Controle Interno

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
 JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

LRF, art. 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE |
|---------------------------------|---------------------------------|
| Receita Corrente líquida | 722.474.299.000,00 |

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|-------------------------|----------------------|
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 1.636.765.703,96 | 0,226550% |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,275000% | 1.986.804.322,25 | 0,275000% |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,261250% | 1.887.464.106,14 | 0,261250% |

| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|-----------------------|---|---|
| Valor Total | 46.346.750,72 | 185.114.249,80 |

FONTE: Sistema SIAFI, Manual de Demonstrativos Fiscais, 7ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 403/2016. Elaboração SERDAD/SUCON/SEOF.

Desembargador MARIO MACHADO
 Presidente do TJDF

CID MOREIRA
 Secretário de Recursos Orçamentários e Financeiros

CELSO DE OLIVEIRA E SOUSA NETO
 Secretário Geral do TJDF

JOÃO BATISTA DA SILVA
 Secretário de Controle Interno